RELATÓRIO

apresentado ao Conselho Consultivo

do

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ

pelo seu Presidente

JAYME FERNANDES GUEDES

em

17 de Abril de 1940

PUBLICAÇÃO DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFE'
RIO DE JANEIRO
1940

Os ilustres Membros do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café, a exemplo do que fizeram no ano passado, decidiram que ao presente Relatório se deveria dar publicidade, pois o assunto debatido interessa diretamente à lavoura e ao comércio cafeeiros do país.

Dando cumprimento a essa deliberação, folgamos em verificar que os representantes credenciados da lavoura e do comércio acolheram, com simpatia e aplausos, as considerações que desenvolvemos em torno do problema do café e enalteceram a gestão da Diretoria desta casa no ano de 1939.

O reconhecimento de esforços sinceros e perseverantes, sempre voltados para os superiores interêsses da coletividade, constitue confortadora recompensa aos que fazem do trabalho honesto a sua profissão de fé. E é porisso que deixamos consignados aqui, aos preclaros Membros do Conselho Consultivo, os nossos agradecimentos.

* * *

No Relatório de 1939 lançámos "um brado de alerta ao presente e uma advertência ao futuro, definindo posições e traçando as lindes demarcatórias de todas as res-

ponsabilidades". Não era possível que se tolerasse, impassivelmente, críticas infundadas à atual orientação da política econômica do café, sem que o orgão incumbido da sua execução viesse a campo para, restabelecendo a verdade, refutar os falsos dogmas das valorizações artificiais e demonstrar ao mesmo tempo, apoiado na evidência dos fatos e na eloquência dos números, o acêrto das novas diretrizes adotadas pelo Govêrno Federal em novembro de 1937.

Com o decurso de mais um ano as nossas convicções se avolumaram e se robusteceram. É que a experiência veio transformar em realidades todas as nossas previsões.

Tudo quanto vaticinámos teve a sua plena confirmação na evidência percuciente dos fatos consumados, como se verificará da leitura do presente Relatório.

* * *

Todas as obras humanas estão, infelizmente, sujeitas às contingências dos casos fortuitos. E a conflagração européa, que subverte o mundo moderno num cataclisma sem precedentes, havia por certo de influir de fórma sensível no êxito do programa em execução. Não fôra esse evento e poder-se-ia considerar como praticamente resolvido o intrincado problema do café brasileiro.

As medidas de amparo e proteção à lavoura cafeeira, sem paralelo ou exemplo em qualquer outro país, decretadas pelo Govêrno Federal, evidenciam, de maneira insofismável, o carinho e a assistência permanente que o grande Presidente Vargas dispensa ao nosso principal

produto, bem como o alto discortino do seu Ministro da Fazenda, Sr. Dr. Arthur de Souza Costa.

Assim, os esforços que vêm sendo envidados no sentido de solucionar racionalmente o problema, quer pelo aproveitamento industrial dos excessos, quer pela sua expansão comercial, constituem seguro penhor de que não está longe a hora da redenção da economia cafeeira do Brasil.

Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1940

JAYME FERNANDES GUEDES

CONSELHO CONSULTIVO

DO

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ

(Sua composição no ano de 1940)

J. de Oliveira Franco . . . . PRESIDENTE	(Praça de Paranaguá)
J. Mendes de Oliveira Castro . . VICE PRESIDENTE	(Praça do Rio)
Plinio de Oliveira Adams	(Estado de São Paulo)
João Mellão	(Praça de Santos)
Antonio Stockler de Queiroz . . .	(Estado de Minas)
José Mattos França	(Estado do Espírito Santo)
Oswald C. Guimarães	(Praça de Vitória)
Benjamin da Luz Vieira	(Estado de Goiaz)
Franklin Rabello	(Estado do Rio)
João Aguiar	(Estado do Paraná)
Alexandre Amaral	(Estado de Pernambuco)
Raul da Costa Lino	(Estado da Baía)

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1940.

Senhores Membros do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café:

1. Em obediência ao que dispõe a letra a, parágrafo primeiro da cláusula décima nona do Convênio dos Estados Cafeeiros de 28 de fevereiro de 1939, apresentamos a êsse Conselho, para conhecimento, o balanço geral dêste Departamento, levantado em 31 de dezembro de 1939, devidamente acompanhado das demonstrações da conta de "Resultado", nos períodos compreendidos entre 1/1/1939-30/6/1939 e 1/7/1939-31/12/1939.

2. De acôrdo com o que estipula o dispositivo citado, damos ainda uma notícia sucinta dos trabalhos da Casa no ano próximo findo, tecendo ligeiros e oportunos comentários sôbre a situação geral do problema cafeeiro.

POLITICA ECONOMICA DO CAFE'

3. Uma das fases mais agudas da nossa crise cafeeira foi sem dúvida alguma a que se caracterizou pelas consequências das valorizações artificiais. O regime de retenção, delas decorrente, que o Estado de São Paulo viu-se obrigado a adotar com o fito de dosar as entradas de café na praça de Santos, só poderia surtir o efeito almejado si as nossas safras se mantivessem quantitativamente estacionárias e não houvesse decréscimo da exportação. Entretanto, os excessos que se foram registrando de ano para ano, consequentes à intensificação do plantio e ao aumento da produção brasileira, constituiram um brado de advertência a ensombrecer os horizontes.

4. O represamento continuado, com descargas sempre sempre inferiores ao volume despejado nos reguladores, havia de determinar, mais cedo ou mais tarde, o rompimento das comportas num cataclisma sem precedentes. E o crack de 29 foi o epilogo de uma tragédia há muito pressentida, e que, infelizmente, não se procurou evitar.

5. Ao Govêrno Provisório legou-se, como um dos acervos de maiores responsabilidades e mais dificil solução, o do reerguimento da economia cafeeira do país. A aquisição dos stocks retidos para serem retirados temporariamente do mercado, determinada pelo Decreto número 19.688, de 11 de fevereiro de 1931, foi o primeiro passo a enfrentar o problema, aliviando os mercados de consumo da pressão exercida pelos stocks retidos nos reguladores. Esse remédio

heróico tornar-se-ia, no entanto, inócuo, si outras providências complementares não fossem desde logo tomadas. A média de nossa exportação, nos cinco últimos anos (1926 a 1930) fôra de 14.463.441 sacas, enquanto que a safra 1931/1932 devia atingir a mais de 28.000.000 de sacas, isto é, quasi o dôbro da exportação provável. Foi em face dessa realidade que o Govêrno Provisório resolveu eliminar os cafés adquiridos, comprar os excessos das safras 1931/1932 e 1932/1933 e instituir posteriormente as Quotas de Equilíbrio, como um dos meios de dar combate à superprodução, afastando, por essa fórma, as sérias ameaças que pairavam sôbre a economia brasileira.

6. De fato, si tais medidas não tivessem sido tomadas, a situação do problema cafeeiro apresentar-se-ia, dois anos depois, com a mesma ou maior gravidade ainda. E' o que se conclue da seguinte demonstração:

Safra 1931/1932		28.333.000
mais Safra 1932/1933		16.500.000
		44.833.000
menos exportação 1931/1932	15.277.000	
e 1932/1933	12.148.000	27.425.000
excessos que se verificariam nos portos ou reguladores em 30/6/1933		17.408.000

7. Repetir-se-ia, pois, o mesmo impasse de 1931: um excesso de mais de 17.000.000 de sacas na vespera de iniciar-se o escoamento da safra 1933/1934, que foi de

29.610.000 sacas ! Quer isso dizer que na safra 1933/1934 o Brasil contaria com 47.018.000 sacas a serem oferecidas a compradores que nos adquiriam, em média, sómente.... 14.463.441 sacas ! E' facil de avaliar-se qual seria a situação do mercado si a tempo não tivessem sido tomadas as providências que evitaram sobras tão formidáveis.

8. As plantações da Alta Sorocabana, Alta Paulista e Noroeste haviam entrado na sua fase de plena produção e isso deveria contribuir, como se tem verificado, para aumentar os excessos, porisso que as exportações, embora por alguns anos se mantivessem no mesmo nivel, sofreram posteriormente acentuada quéda.

9. Foi então que se tornou necessário instituir a Quota de Equilíbrio, que incidiu sucessivamente sôbre as safras 1933/1934, 1936/1937, 1937/1938, 1938/1939 e 1939/1940, sendo que na safra 1935/1936 os excessos existentes foram retirados por meio da denominada "compra dos quatro milhões".

10. A adoção daquela providência teria só por si solucionado em poucos anos o problema da super-produção, não fôra o empenho, alicerçado no acôrdo de Bogotá, de conservar melhores preços.

11. A Quota de Equilíbrio no caso brasileiro impede o aviltamento dos preços com o estabelecer relativa igualdade entre a produção e o consumo, de sorte que os preços alcançados, representando um efeito da lei da oferta e da procura, sôbre assegurarem preliminarmente o volume da

exportação anteriormente conhecido, proporciona não só o ganho de todo o aumento do consumo mundial porventura verificado, como tambem o resultante da impossibilidade de competição dos demais países produtores.

12. De outra parte a valorização artificial anula praticamente essas vantagens, pois, tendo por fundamento a manutenção de um preço arbitrario, determina a perda de mercados, destruindo, consequentemente, o equilíbrio estatístico.

13. Eis porque as previsões da exportação consideradas para o estabelecimento das percentagens das Quotas de Equilíbrio, falham, dando, nesse caso, a falsa impressão de que não houve o necessário critério na sua fixação.

14. Em consequência da política de valorização artificial, os demais países produtores incentivavam suas culturas e ameaçavam o nosso predomínio nos principais mercados consumidores. Em 1917/1918 a produção total de nossos concorrentes não ultrapassava de 3.011.000 sacas e a partir de 1935 os números indicam um crescimento ao redor de 10.000.000 de sacas. Tal fato só deve ser atribuido às condições propícias que se ofereceram à colocação desses cafés, devidas, sem dúvida, ao sistema de defesa adotado pelo Brasil.

15. Durante vários anos os demais países produtores preencheram os aumentos verificados no consumo mundial, ao mesmo tempo que nos desalojavam paulatinamente dos

mercados. De uma fórma geral o Brasil estava vendendo unicamente o que os seus concorrentes não tinham para vender. Em última análise trocavamos a nossa invejavel posição de senhores absolutos dos mercados consumidores, onde colocavamos integralmente as nossas safras, pela figura secundária de méros suplentes na competição mundial, pois passamos simplesmente a preencher as quotas que não podiam ser integradas pelos nossos competidores.

16. As safras dos vários países produtores eram **in totum** colocadas nos mercados de consumo. Um ligeiro exame do panorama mundial, em dezeseis anos, dar-nos-á uma ideia do ponto a que chegamos, após ingentes sacrifícios.

BRASIL

Ano Agrícola	Produção	Entregas ao consumo mundial	Quantidades consumidas a mais ou a menos em relação á produção
1922/23	10.194.000	12.859.000	+ 2.665.000
1923/24	14.891.000	15.322.000	+ 431.000
1924/25	14.586.000	13.682.000	— 904.000
1925/26	15.460.000	14.565.000	— 895.000
1926/27	15.848.000	14.276.000	— 1.572.000
1927/28	27.122.000	15.766.000	— 11.356.000
1928/29	13.621.000	13.890.000	+ 269.000
1929/30	28.231.000	15.232.000	— 12.999.000
1930/31	16.552.000	16.546.000	— 6.000
1931/32	28.333.000	15.589.000	— 12.744.000
1932/33	16.500.000	13.356.000	— 3.144.000
1933/34	29.610.000	16.062.000	— 13.548.000
1934/35	17.366.000	14.859.000	— 2.507.000
1935/36	20.857.000	16.128.000	— 4.729.000
1936/37	26.103.000	14.010.000	— 12.093.000
1937/38	22.271.000	14.797.000	— 7.474.000
	317.545.000	236.939.000	

Produção do Brasil em 16 anos 317.545.000
Entrega do Brasil ao consumo mundial. 236.939.000
Saldo da produção do Brasil 80.606.000

OUTROS PAISES

Ano Agrícola	Produção	Entregas ao consumo mundial	Quantidades consumidas a mais ou a menos em relação á produção
1922/23	5.705.000	6.203.000	+ 498.000
1923/24	6.868.000	6.714.000	— 154.000
1924/25	6.762.000	6.824.000	+ 62.000
1925/26	7.052.000	7.140.000	+ 88.000
1926/27	7.068.000	7.022.000	— 46.000
1927/28	8.003.000	7.700.000	— 303.000
1928/29	8.660.000	8.361.000	— 299.000
1929/30	8.273.000	8.322.000	+ 49.000
1930/31	8.633.000	8.545.000	— 88.000
1931/32	8.287.000	8.134.000	— 153.000
1932/33	9.239.000	9.492.000	+ 253.000
1933/34	8.920.000	8.389.000	— 531.000
1934/35	7.699.000	7.822.000	+ 123.000
1935/36	10.180.000	9.717.000	— 463.000
1936/37	10.766.000	10.996.000	+ 230.000
1937/38	10.000.000	10.822.000	+ 822.000
	132.115.000	132.203.000	

Entrega dos outros países ao consumo mundial...........................	132.203.000
Produção dos outros países em 16 anos..	132.115.000
Excesso de entrega sôbre a produção.	88.000

17. Do exposto conclue-se que os nossos concorrentes, em 16 anos, entregaram ao consumo mundial toda a sua produção e mais 88.000 sacas de período anterior, ao passo que nós deixamos de entregar 80.606.000 sacas das que foram produzidas.

18. Em face do sistema de defesa seguido no Brasil seriam contraproducentes quaisquer medidas que se adotassem, no exterior, no sentido de incentivar o consumo do café brasileiro, pois não possuindo êste, como vimos, condições de concorrência, a propaganda que se viesse a realizar redundaria fatalmente em benefício dos cafés de outras procedências.

19. Como é do conhecimento geral, foi o Estado de São Paulo que iniciou, no Brasil, a defesa de preços do café. Pouco tempo depois reconhecia êsse Estado que, para continuar a executar o seu programa, era indispensavel congregar em torno da mesma política os demais Estados produtores e como isso só poderia ser conseguido dentro do prisma do interesse comum, o magno assunto foi, então, colocado, a pedido dos interessados, sob a égide federal. E foi porisso que os demais Estados, que vinham auferindo as vantagens da política adotada por São Paulo, resolveram sujeitar-se tambem a todos os onus decorrentes da defesa. Verificou-se, mais tarde, e agora num ambito muito mais vasto, o império dêsse mesmo princípio: a política econômica do café, seguida pelo Brasil, só poderia produzir resultados plenamente satisfatórios si os demais países, que

se beneficiavam com as suas vantagens, tambem se submetessem aos encargos que sómente sôbre nós pesavam. Nas conferências de Bogotá e Havana, o Brasil envidou todos os seus melhores esforços para convencer os demais países da conveniência de serem distribuidos equitativamente, por todos eles os onus do programa de defesa do produto, cujas vantagens eram por todos auferidas.

20. O acôrdo de Bogotá, entre o Brasil e a Colômbia, representava o máximo que se conseguira obter. Continuaram, entretanto, os nossos concorrentes, a postergar o debate daquela tese, na persuasão de que não tomaríamos a iniciativa de reduzir as taxas de exportação para ingressar no regime de relativa concorrência. Logo a seguir sobreveio a denuncia do acôrdo pela Colômbia. Era, pois, a hora das deliberações extremas.

21. Foi então que o Govêrno Federal, em legítima defesa dos interesses nacionais, resolveu alterar fundamentalmente a orientação que vinha imprimindo à política do café, no que se houve com a cautela, o sigilo e a precisão indispensáveis, fatores que cercaram de confiança a atuação do Govêrno e reduziram ao mínimo possível os inconvenientes que tal mudança tinha de acarretar para o País.

22. O êxito imediato da iniciativa amorteceu e dissipou os temores e as inquietações momentaneas, iniciando-se desde então o ciclo promissor da recuperação dos mercados.

23. Em nosso relatório apresentado a êsse Conselho em 19 de abril de 1939 expuzemos, de fórma explícita, os resul-

tados colhidos no primeiro ano da nova política. Vamos agora demonstrar que os proveitos então obtidos não foram transitórios, e que, ao contrário das insinuações malévolas de alguns interessados, todos os benefícios proporcionados pela nova orientação se robusteceram e avultaram neste último ano, dando-nos a segurança de que caminhamos a passos largos para a solução racional e definitiva do problema cafeeiro.

Exportação:

24. Nos dez primeiros mêses do ano de 1937 — período que antecedeu a mudança da orientação política do café — a nossa exportação atingiu apenas a cifra de 9.802.554 sacas, dando, por conseguinte, a **média mensal de .... 980.255 sacas.**

25. No biênio 1938-1939, porém, a exportação brasileira atingiu ao total de 33.848.515 sacas, o que representa uma **média mensal de 1.410.354 sacas !**

26. O aumento de nossa exportação no atual regime importou, por conseguinte, na significativa parcela de 430.099 sacas por mês.

27. Para aquilatarmos, com perfeita segurança, o que representa a exportação dos anos de 1938 e 1939, façamos um rápido retrospecto das nossas exportações nestes últimos quinze anos:

NOSSA EXPORTAÇÃO EM 15 ANOS

ANOS	SACAS EXPORTADAS
1925	13.481.955
1926	13.751.479
1927	15.115.061
1928	13.881.445
1929	14.280.815
1930	15.288.409
1931	17.850.872
1932	11.935.244
1933	15.459.309
1934	14.146.879
1935	15.328.791
1936	14.149.923
1937	12.113.088
1938	17.203.422
1939	16.645.093

28. As nossas exportações em 1938 e 1939 tiveram, portanto, um aumento sôbre a de 1937, respectivamente de 5.090.334 e 4.532.005 sacas, não obstante sôbre a exportação do ano de 1939 já se terem feito sentir as consequências do conflito europeu.

29. Deve-se notar que em todo o período examinado, sòmente uma vez foram ultrapassadas as exportações de 1938 e 1939. Tal fato, ocorrido em 1931, representou uma simples antecipação de embarques consequente às operações

de troca de café por trigo e ao aumento da taxa de 10 shillings, que já era esperado e foi efetivado em 7 de dezembro desse ano.

30. O total da exportação brasileira no biênio 1938-1939 foi de 33.848.515 sacas:

1938	17.203.422	sacas
1939	16.645.093	sacas
	33.848.515	sacas

31. Essa parcela é a expressão eloquente do aspecto favoravel do novo programa pois representa nivel jamais alcançado em toda a história de nosso café. De fato, mesmo que se percorra as estatísticas escolhendo-se a dedo dois anos consecutivos de grandes exportações, **não se encontrará um biênio em que os embarques para o exterior atinjam ao elevado total de 33.848.515 sacas !**

32. Si houvessemos persistido no programa que vinha sendo executado até novembro de 1937, sem um acôrdo com os demais concorrentes, as exportações dos anos de 1938 e 1939 deveriam atingir, quando muito, 24.200.000 sacas, ou sejam 12.100.000 sacas para cada ano, o que, aliás, corresponde à de 1937.

33. Nestas condições, teriamos deixado de exportar, nesse biênio, a elevada cifra de 9.648.515 sacas, que somada às sobras existentes, calculadas em 5.800.000 saccas, daria, em 31/12/39, o impressionante excesso de 15.448.515 sacas! Tal situação apresentaria aspecto de gravidade excepcional

sómente comparável àquela em que se encontrou a lavoura cafeeira em 1929. Com efeito, esse excesso significava o ensilhamento da lavoura paulista, pois a nova safra viria encontrar o porto de Santos abastecido de cafés em quantidade suficiente para, no rítmo anterior, atender às necessidades da sua exportação durante vinte e quatro mêses.

Haverá ainda alguem que se mantenha insensivel à evidência trágica desses algarismos e ouse pretender o retorno ao regime anterior?

Preços — em milreis

34. Um dos resultados imediatos da orientação adotada em novembro de 1937 foi a elevação, no interior, dos preços do produto, em virtude do aumento da exportação e da diminuição do prazo de retenção dos cafés. O comércio das praças exportadoras poude, assim, oferecer melhores bases, porque já não necessitava reservar largas margens para se pôr a coberto dos onus derivados de uma retenção que sempre excedia aos cálculos mais pessimistas. No regime anterior houve época em que no Estado de São Paulo estavam sendo liberados cafés de quatro safras e em que havia retenção nos portos do Rio de Janeiro, Vitória e Paranaguá. Presentemente os cafés que demandam estes portos não sofrem retenção alguma, enquanto que nos reguladores paulistas só existem, por liberar, cafés das safras 1938/1939 e 1939/1940. E como os remanescentes da safra 1938/1939 atualmente não atingem a 8 % do total despachado...... (15.611.616 sacas), conclue-se que em junho próximo fu-

turo achar-se-á sob retenção sómente uma parte da safra 1939/1940. Si não fosse o fato de alguns mercados da Europa se terem tornado inacessíveis e outros sofrido restrições no consumo, em consequência do conflito que assola esse Continente, já em março dêste ano não mais possuiriamos represada qualquer quantidade de cafés da safra 1938/1939. Baseados nas informações que obtivemos na praça de Santos, de firmas de reconhecida idoneidade moral e financeira, sôbre os preços que vigoraram, para os negócios no interior do Estado de São Paulo. durante as safras 1937/1938 e 1938/1939, com a Quota de Equilíbrio a cargo dos adquirentes, as médias alcançadas foram as seguintes:

PREÇO MEDIO POR SACA NO INTERIOR DE SÃO PAULO

ZONAS	SAFRAS		DIFERENÇAS A MAIS	
	1937/1938	1938/1939	$	%
Sorocabana.....	51$200	55$000	3$800	7,42
Mogiana........	72$900	97$400	24$500	33,61
Paulista........	62$800	75$600	12$800	20,38
Araraquarense...	57$500	70$000	12$500	21,74
Noroeste........	59$100	68$100	9$000	15,23

35. Verifica-se, pois, pelo simples exame do quadro retro, que os cafés das diversas zonas do Estado de São Paulo obtiveram acentuada melhoria de preço na safra 1938/1939,

melhoria essa que variou de 7,42% a 33,61%. A diferença de preço dos cafés da zona Mogiana (cafés finos), entre as safras 1937/1938 e 1938/1939 atingiu a 24$500 por saca.

36. Para aquilatarmos, com a possivel exatidão, o que significam as diferenças de preço verificadas, façamos um confronto das safras paulistas 1937/1938 e 1938/1939, discriminando-as pelas cinco zonas cafeeiras do Estado:

RESUMO DAS SAFRAS PAULISTAS 37/38 E 38/39

(SACAS DE 60 KILOS)

ZONAS	37/38	38/39
Sorocabana	4.083.859	2.506.930
Mogiana	2.820.941	3.542.380
Paulista	4.176.810	4.006.557
Araraquarense	2.140.495	2.370.213
Noroeste	2.664.819	3.185 536
Total	15.886.924	15.611.616

37. Evidencia-se, pois, que a safra 1938/1939 foi inferior à de 1937/1938 em 275.308 sacas:

Safra 1937/1938	15.886.924	sacas
Safra 1938/1939	15 611.616	sacas
Menos em 1938/1939	275.308	sacas

38. Tomando-se por base os preços médios alcançados nas diversas zonas do Estado de São Paulo, as receitas brutas produzidas por essas safras foram as seguintes:

SAFRA 1937/1938

ZONAS	SACAS	PREÇO MEDIO	PREÇO TOTAL
Sorocabana....	4.083.859	51$200	209.093:580$800
Mogiana.......	2.820.941	72$900	205.646:598$900
Paulista.......	4.176.810	62$800	262.303:668$000
Araraquarense .	2.140.495	57$500	123.078:462$500
Noroeste.......	2.664.819	59$100	157.490:802$900
Total Geral..	15.886.924	—	957.613:113$100

SAFRA 1938/1939

ZONAS	SACAS	PREÇO MEDIO	PREÇO TOTAL
Sorocabana....	2.506.930	55$000	137.881:150$000
Mogiana.......	3.542.380	97$400	345.027:812$000
Paulista.......	4.006.557	75$600	302.895:709$200
Araraquarense .	2.370.213	70$000	165.914:910$000
Noroeste.......	3.185.536	68$100	216.935:001$600
Total Geral....	15.611.616	—	1.168.654:582$800

RESUMO

Safra 1938/1939....................	1.168.654:582$800
Safra 1937/1938....................	957.613:113$100
Diferença para mais em 1938/1939 ...	211.041:469$700

39. A conclusão é, pois, das mais auspiciosas: a lavoura paulista, na safra 1938/1939, apezar de ter disposto de 275.308 sacas a menos que em 1937/1938, **obteve um aumento de preço representado pela expressiva cifra de 211.041:469$700 !**

40. Não menos expressivos, a respeito do mesmo assunto, são os preços médios obtidos no interior pelos cafés finos na safra 1938/1939 em comparação com os alcançados nas safras imediatamente anteriores. De acôrdo com uma relação que nos foi fornecida por uma das maiores firmas exportadoras do Brasil, as médias dos preços de suas aquisições no interior dos Estados de São Paulo e Minas foram as seguintes:

SAFRA	Preço médio por saca	SAFRA	Preço médio por saca
1931/32........	62$000	1935/36........	90$000
1932/33........	70$000	1936/37........	85$000
1933/34........	55$000	1937/38........	75$000
1934/35........	95$000	1938/39........	102$000

41. Fica assim demonstrado que é puramente fantasioso o argumento invocado frequentemente com alarde por um grupo de interessados no intuito evidente de impressionar a opinião pública, segundo o qual, com a nova orientação dada à política econômica do café, os lavradores estão percebendo menos **milreis** pelo seu produto.

42. Pelo que se vê, nas condições em que se desenvolvem as diretrizes da faze atual, não existe, pelo menos em rela-

ção à política anterior, a principal causa que compeliu o govêrno paulista a fazer a primeira valorização no govêrno Tibiriçá, isto é, a de obter maior remuneração em **mil-réis** para o café.

43. Apreciando essa causa e justificando-a, o dr. Augusto Ramos, na sua judiciosa obra "O Café no Brasil e no Extrangeiro", à página 532, assim se manifesta:

> "ao produtor só podia interessar o preço do café em moeda nacional, porque era nessa moeda que êle pagava todas as despesas de produção e solvia todas as dívidas . . ."

44. Não quer isso dizer que os preços vigentes no interior para o café tenham alcançado nível capaz de remunerar lavouras em má situação econômica. Dentro das dificuldades e empecilhos que nos crearam as valorizações artificiais e a atual situação mundial, permitem eles manter a nossa hegemonia nos mercados consumidores, evitando perda de substancia em nossa exportação e a destruição de maiores quantidades de café.

45. Para demonstrar, ainda uma vez, que as valorizações artificiais não proporcionaram aos cafeicultores as vantagens que os partidários dessa orientação apregoam, basta considerar que a politica atual dura apenas pouco mais de dois anos e a crise da lavoura cafeeira deficitária data de mais de dez. Essas dificuldades, portanto, não têm a origem que falsamente se lhes quer dar.

46. Enquanto não melhorem as condições gerais do mundo, não se dissipem as preocupações armamentistas que empolgam todos os povos, não se processe o reajustamento dos interesses europeus em entrechoque — fatores esses que geraram o malestar atual e que acarretaram tropeços de toda sorte ao comércio internacional — deveremos tudo envidar para continuar a abastecer os mercados que ainda restam, abolindo das nossas cogitações qualquer devaneio de artificialismo dos preços que importaria em aumentar essas dificuldades, já quasi insuperáveis, com o avultamento dos excessos na mesma proporção do retraimento da exportação, que é, insofismavelmente, onde o nosso produto tem a sua **linha de vida.**

47. Esta verdade, sôbre a qual não nos fartamos de insistir, mereceu tambem a consagração de um dos mais conhecidos paladinos da política de defesa de preços, ao fazer suas, em agosto de 1937, as palavras do seguinte trecho de um artigo publicado em "A Folha da Manhã" de São Paulo:

> "... Allegam (os nossos estadistas), em primeiro lugar, que a eliminação das taxas não aproveitará à lavoura, pois que a ella succederá baixa correspondente das cotações externas; depois, que o Brasil se verá privado do "ouro" equivalente a essa baixa.
>
> Quanto a este argumento, diremos apenas que mais nos vale vender 18 milhões de saccas a 90$000 do que vender 13 milhões a 130$000.

O rendimento total seria aproximadamente o mesmo, na balança comercial. A tonificação da economia interna, porém, seria formidavel e isso é o que interessa.

Quanto á baixa das cotações externas isso não importa á lavoura. Ella está vendendo por 60$000 a saca de café que chega a Nova York a 240$000. Que venha para 200$000, para 150$000, para 100$000. Directamente, isso nenhum mal lhe fará. Indirectamente grandes, immensos, serão os beneficios. Desde logo, a lavoura venderá suas safras para a exportação, para o consumo, não para si mesma, para a incineração. Depois, com ella ganharão as estradas de ferro, o comércio do interior, os correctores, os commissarios, os exportadores, toda a gente. Mais: forneceremos café, em quantidades bastantes e a preços convenientes aos torradores e distribuidores de todo o mundo, levando um impulso magnifico ao seu negocio, para bem delles e nosso, para encerrar a phase de embaraços, difficuldades e prejuizos que nós mesmos architectamos e com que nos infelicitamos e aos nossos cooperadores dos Estados Unidos, da Europa, dos demais continentes, que organisaram com o seu esforço e a sua capacidade o commercio mundial do nosso grande producto. Por

fim, com isso, a lavoura subsistirá; sem isso, acabará e com ella acabarão os commissarios, exportadores, tudo.

Não falemos já na concurrencia. Sem baixar de um tostão os preços internos, podemos vender café até a 3 cents, nos Estados Unidos. A essa cotação, ninguem póde ter duvidas; não se plantará mais um pé de café fóra do Brasil, salvo as colonias protegidas e isso mesmo só até certo ponto. Abandonar-se-ão de inicio as plantações menos productivas e esse recuo não parará mais até a derrota absoluta dos competidores, que nos entregarão novamente o predominio completo dos mercados cafeeiros."

48. Não satisfeito com a leitura do trecho citado, o conspícuo cidadão acrescentou:

"Nada mais deviamos accrescentar apezar do que nós tambem temos a autoridade da nossa experiência de cincoenta annos de cultivar café e do seu commercio, que temos acompanhado durante meio seculo, como parte na luta, e tambem como estudioso devido ao grande espirito publico que temos.

Sem nenhum exaggero, podemos affirmar que durante esse longo periodo nunca a situação do café foi tão grave como agora. Vemos os diri-

gentes fazendo o café pagar tudo, como bóde expiatorio de todos os erros, e, por outro lado, calmamente, inconscientemente, liquidando com todos os productores e com os cafesaes. De nada valem a decadencia e o abandono em massa de centenas de milhões de cafeeiros e do declinio da producção. Ao lado desse declinio tambem cahe a exportação e os demais paizes productores augmentam as suas plantações. Exportavamos dezesete e meio milhões de saccas. Hoje exportamos treze milhões e oitocentas mil saccas. No anno corrente vamos exportar doze milhões de saccas. Por outro lado, os demais paizes productores que exportavam quatro milhões de saccas, passaram a exportar doze milhões e quinhentas mil saccas e no corrente anno exportarão mais do que o Brasil. . . ."

(Sumula da reunião de 14/8/37 da Sociedade Rural Brasileira).

49. Certamente não é com atitudes tão diametralmente opostas que se serve os superiores interesses de uma coletividade.

50. Para obtermos as exportações de 17.203.422 e 16.645.093 sacas, em 1938 e 1939, não foi preciso vender o nosso café a 90$000 por saca, como se admitiu. Elas produziram 2.270.607:445$000 e 2.234.275:114$000, o que dá, para média de preço, por saca, 131$985 e 134$230. Conse-

guiu-se, portanto, a tonificação da economia interna, aludida no trecho acima transcrito, o que é tambem comprovado pela comparação dos valores, **em milréis,** das nossas exportações nestes últimos dez anos:

Fase anterior:

1930	1.827.577:364$000
1931	2.347.079:354$000
1932	1.823.948:397$000
1933	2.052.858:224$000
1934	2.114.511:730$000
1935	2.156.599:349$000
1936	2.231.472:515$000
1937	2.104.099:697$000

Fase atual:

1938	2.270.607:445$000
1939	2.234.275:114$000

51. Verifica-se, portanto, que as receitas dos anos de 1938 e 1939 sómente uma vez foram suplantadas, isto em 1931, quando tambem adotamos a política de concorrência.

52. Dos fatos, teses e argumentos que invariavelmente temos demonstrado e sustentado para comprovar a excelência da salutar orientação do presente, retiraram os partidários das valorizações artificiais, com a técnica deformadora característica dos seus processos, a ilação, que vez por outra fazem apregoar, de que esposamos a política de preços baixos.

53. Devemos dizer que não fazemos apologia de preços, porque defendemos princípios econômicos, universalmente consagrados. Não nos impressionam os preços, que tanto podem ser de 300$000, 200$000 ou 130$000 a saca, contanto que, sendo o mais alto, nos permitam manter o predomínio nos mercados mundiais e o alargamento cada vez maior da nossa contribuição, preparando, assim, o ambiente necessário à colocação integral das nossas safras.

54. Entre o artificialismo dos preços, cujas satúrnicas consequências acarretarão o extermínio da economia cafeeira, e a atual política de concorrência, que abre à nossa lavoura as portas da sua redenção, inclinamo-nos por esta última sem vacilar, porque sómente sob a sua égide poderemos construir futuro promissor.

Preços — em ouro

55. Influencias as mais variadas continuam a atuar sôbre o preço-ouro de todas as **utilidades** nos mercados internacionaes. A intensa concorrência que se verifica em todos os sectores da produção, o paulatino reajustamento da ordem econômica após o crack mundial de 1929, a política protecionista tarifária de todas as nações, creando relações arbitrárias de preços para amparar a produção indígena, a quebra dos padrões monetários, a depreciação continuada das moedas, reduzindo as disponibilidades cambiais das nações, as restrições do poder aquisitivo que daí se originam, são fatores que impedirão por muito tempo a ascenção dos preços a níveis anteriormente verificados.

56. Si os produtos de necessidade vital para a humanidade não puderam escapar a esse cataclisma do mundo moderno, como sonegar o café ao fatalismo dessas contingências, já que se trata de mercadoria há longos anos em superprodução e que não se inclue entre as de carência absoluta?

57. Eis a razão por que não pode constituir motivo de surpresa o decréscimo de rendimento ouro das exportações brasileiras.

58. Não obstante a queda do valor-ouro ser ocasionada, como vimos, por fenômenos de ordem mundial, dentro dos quais seria estultice pretender-se mudar o curso dos acontecimentos, tem sido invocado, como argumento capital, para crítica das diretrizes atuais, o fato do Brasil estar auferindo quantidade de ouro muito inferior a que percebia há quinze anos atraz, quando o café canalizàva para o país cêrca de £. 65.000.000 anuais.

59. Essa remissão ao passado só poderá impressionar os espíritos despercebidos da evolução verificada no mundo dos negócios. Com os mesmos argumentos poderiamos chegar ao absurdo de afirmar que os ingleses, franceses e holandeses, em cujas mãos se acha o maior núcleo produtor de borracha do mundo, a despeito do seu alto potencial econômico e financeiro, e da sua formidavel organização de crédito sob todas as formas, estão perdendo anualmente, nas suas exportações de borracha, a astronomica cifra de dois bilhões oitocentos e oitenta milhões de dollars, moeda ame-

ricana, ou sejam cincoenta e sete milhões e seiscentos mil contos de réis.

60. De fato, essa seria a diferença, entre o valor das novecentas mil toneladas de borracha exportadas anualmente ao preço médio atual de 35 centavos por quilo e o que seria obtido si essa quantidade fosse vendida à razão de £. 1-0-0 (ou u$s 3,55 à cotação vigente) por quilo, preço esse que o Brasil conseguiu alcançar quando teve a hegemônia desse producto.

61. Muito embora o progresso industrial tenha feito da borracha uma mercadoria de emprêgo imprescindivel, e o seu consumo haja crescido vertiginosamente, o que não ocorria ao tempo em que o Brasil dominava os mercados, os atuais detentores da produção mundial, depois do ruidoso fracasso do plano Stevenson, relegaram todo e qualquer plano de valorização.

62. Que a lição do passado, e a prudência dos povos já experimentados no trato de problemas análogos, nos sirvam de exemplo para a continência de aspirações desmesuradas e falazes.

Entregas ao consumo

63. Analisando-se os algarismos relativos às entregas ao consumo, nos dois anos que se seguiram à mudança da nossa política econômica do café, verifica-se, nitidamente, outro aspecto expressivo da recuperação de terreno conseguida pelo Brasil.

64. **Em 1938** registrou-se no consumo internacional um aumento de 2.884.000 sacas, em confronto com o ano anterior. E' da mais alta significação assinalar que todo esse acréscimo foi preenchido com os nossos cafés e que ainda desalojamos os concorrentes contribuindo com o que eles perderam nos mercados, isto é, com 1.231.000 sacas, o que elevou a participação de nosso país a mais 4.115.000 sacas, assim discriminadas:

Aumento do consumo mundial............	2.884.000
Quota perdida por outros países..........	1.231.000
Parcela conquistada pelo Brasil...........	4.115.000

65. **Em 1939** houve um decréscimo de 1.066.000 sacas de café no consumo mundial, em relação ao ano precedente. Será conveniente, porém, assinalar-se que êsse decréscimo se verificou **quasi que exclusivamente na Europa,** em consequência, por certo, da situação anormal do continente europeu. De fato, o consumo da Europa que fôra de 12.133.000 sacas em 1938, passou a ser sómente de 11.000.000 em 1939, acusando uma diferença, para menos, de 1.133.000 sacas. Fica, assim, exp.icada a causa do decréscimo do consumo geral, pois nos Estados Unidos houve um aumento de 143.000 sacas.

66. O interessante, no entanto, é que, muito embora a diminuição do consumo em 1939 fosse, como vimos, de 1.066.000 sacas, a contribuição do Brasil, em vez de diminuir, aumentou, conforme se vê da seguinte demonstração:

Entregas do Brasil ao consumo mundial:

1939	17.350.000	sacas
1938	17.210.000	sacas
Parcela conquistada pelo Brasil em 1939	140.000	sacas

67. Quer isso dizer que a perda de nossos concorrentes em 1939 foi a seguinte:

Diminuição do consumo mundial...	1.066.000	sacas
Parcela conquistada pelo Brasil...	140.000	sacas
Perda dos nossos concorrentes...	1.206.000	sacas

68. Verifica-se, em conclusão, que nestes dois anos de nova política as entregas do Brasil ao consumo do mundo, em relação às de 1937, obtiveram um aumento global de 8.370.000 sacas, e que os nossos concorrentes sofreram uma perda de 3.668.000 sacas.

69. As vantagens do novo regime, porém, mais perceptíveis se tornam si compararmos a situação do Brasil em face dos nossos concorrentes, nestes dois últimos anos. Em 1937 chegamos a ficar quasi que em igualdade com os demais países produtores na contribuição ao consumo. Estes fizeram uma entrega de 11.355.000 sacas, e nós 13.095.000, donde um saldo a nosso favor de 1.740.000 sacas. Dois anos depois, por efeito dos novos rumos adotados, a situação se transmuda como que por encanto: os nossos concorrentes contribuem, para o consumo mundial, com uma

quota de 8.918.000 sacas e nós com a de 17.350.000, elevando-se o nosso saldo para 8.432.000 sacas.

70. Eis o resumo comparativo, na eloquência incontrastavel dos algarismos:

	FASE		
	ANTERIOR	ATUAL	
	1937	1938	1939
Brasil..........	13.095.000	17.210.000	17.350.000
Nossos concorrentes........	11.355.000	10.124.000	8.918.000
Diferença a nosso favor	1.740.000	7.086.000	8.432.000

Repercussão na economia dos concorrentes:

71. Em nosso último relatório tivemos oportunidade de afirmar que nas raras vezes em que o Brasil enveredou pela política de concorência de preços não o fez com a necessária continuidade, de modo a permitir que os seus efeitos repercutissem na economia dos nossos concorrentes.

72. Na fase atual, decorrido o tempo necessário para que as medidas por nós postas em prática pudessem produzir os primeiros reflexos nos competidores, notou-se desde logo uma queda vertical na exportação e nos preços dos cafés baixos dos demais países, onde surgiram imediatamente pedidos de proteção e amparo aos respectivos govêrnos, segundo amplo noticiário da imprensa.

73. Como se esperava, a nossa orientação não atuou com a mesma rapidez e intensidade sôbre a economia dos países produtores de cafés finos. Repetiu-se, no tempo e no espaço, o mesmo fenômeno que se registrara contra nós na vigência da política abandonada. Fomos paulatinamente desalojados dos mercados e nesse ritmo haviamos de recuperar o terreno perdido e conquistar novas posições. Neste como naquele caso intercorria um fator preponderante: o gôsto do consumidor. O aumento da percentagem do nosso café nas mesclas deveria processar-se gradativamente, em proporção tão sutil que não despertasse a sensibilidade dos paladares.

74. Para isso tinha-se preparado ambiente propício. Á pequena diferença entre as cotações dos nossos bons cafés e as dos cafés finos de outras procedências, sucedeu o restabelecimento da paridade que nos assegura o predomínio absoluto nos abastecimentos.

75. Reside sem dúvida nesse processo de reajustamento econômico, em que o nosso café voltou a ser o preferido em função do preço e da qualidade, a causa da grande queda do café colombiano, talvez a maior registrada em todos os tempos, não obstante os desesperados esforços da Federación Nacional de Cafeteros, que utilizando-se dos mesmos meios por nós abandonados, interveio nos mercados internos adquirindo apreciavel quantidade de café.

76. O tipo "Manizales" que, em novembro de 1938, era cotado, no disponivel, a quasi 14 centavos por libra, caiu, em março do corrente ano, a menos de 8.3/4.

77. Enquanto isso acontecia as cotações do tipo 4 Santos mantinham-se praticamente no mesmo nivel com as pequenas oscilações normais. O histograma, que constitue o anexo n.º 1, dá-nos uma impressão perfeita dessas ocorrencias.

78. Este o debuxo do quadro em que se debatem os nossos concorrentes: queda de preço em escala que ultrapassou qualquer previsão pessimista que pudessem ter feito; decréscimo fortemente acentuado das suas quotas de entregas ao consumo mundial; emprêgo de medidas de defesa cuja ineficácia a nossa experiência bem poderá atestar; grande nervosismo e desanimo dos cafeicultores, que não se cansam de clamar contra a crise que os assoberba e já começam a revelar propósitos anteriormente desconhecidos, tais como o da renuncia ao plantio e o do abandono de cafezais.

Indices internos e externos da expansão do café brasileiro

79. Exemplo, dos mais elucidativos, da revitalização da nossa economia cafeeira reside no paralelo do ano de 1937 com os de 1938 e 1939 das nossas exportações, em volume físico, pelos portos de embarque autorizados. Ao marasmo e à estagnação que afetavam profundamente a vida desses centros, — estado letárgico a que poderiam sobrevir graves consequências econômicas e sociais — sucedeu um período de revigoramento de energias e atividades. O movimento dos nossos principais portos desenvolveu-se consideravelmente, sendo de notar-se que em muitos deles o aumento

do volume exportado foi superior a 70%, como se vê do seguinte quadro:

EXPORTAÇÃO DE CAFE' DO BRASIL, SEGUNDO OS PORTOS DO ESCOAMENTO

Sacas de 60 quilos

PORTOS	FASE					
	Anterior		Atual			
	1937		1938		1939	
	Numeros absolutos	Numeros indices	Numeros absolutos	Numeros indices	Numeros absolutos	Numeros indices
Santos	7.610.017	100	11.386.767	150	11.176.611	147
Rio	1.847.187	100	3.068.373	166	3.052.310	165
Vitória	1.111.631	100	1.195.621	108	1.144.041	103
Angra dos Reis ..	743.362	100	670.033	90	541.709	73
Paranaguá	500.506	100	683.241	137	515.720	103
Baía	260.474	100	186.604	72	157.860	61
Recife	38.411	100	11.408	30	54.237	141
Florianopolis	1.500	100	1.375	92	2.605	174
Total	12.113.088	100	17.203.422	142	16.645.093	137

80. Bastante significativa é tambem a decomposição, por continentes, da exportação mundial do café brasileiro, nos dois últimos anos, em confronto com o de 1937, pela qual se poderá fazer juizo segúro da evolução processada:

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO BRASIL, DISTRIBUIDA POR CONTINENTES

Sacas de 60 quilos

DESTINO	1937		1938		1939	
	Numeros absolutos	Numeros indices	Numeros absolutos	Numeros indices	Numeros absolutos	Numeros indices
Africa..........	403.547	100,00	543.333	134,63	602.289	149,25
America Central e do Norte....	6.620.346	100,00	9.237.380	139,53	9.255.060	139,80
America do Sul..	390.237	100,00	501.269	128,45	497.664	127,53
Asia...........	108.948	100,00	101.273	92,96	138.278	126,92
Europa.........	4.586.150	100,00	6.814.740	148,59	6.144.919	133,99
Não especificado	3.860	100,00	5.427	140,60	6.883	178,32
Total..........	12.113.088	100,00	17.203.422	142,02	16.645.093	137,41

Consideração Geral

81. O fato de pôrmos em relevo as reais vantagens que a política de concorrência de preços nos assegurou, nestes dois anos, no sector externo, e os benefícios, delas decorrentes, auferidos pela economia cafeeira, não significa que reputemos desafogada a situação interna do produto, uma vez que sôbre ela ainda atuam os efeitos perniciosos do regime da valorização artificial que determinara, antes de 1930, uma subversão quasi integral de tudo. Objetivamos, apenas, evidenciar aos olhos de todos os bons brasileiros, os graves perigos da política de valorização que se tivesse sido mantida, resultaria, fatalmente, no absurdo econômico de produzirmos uma mercadoria não para exportá-la, como seria o seu destino natural, mas para adquirí-la pelo orgão de defesa interna, já agora com o sacrifício de toda a coletividade brasileira.

82. Para que o programa encetado chegue a bom termo restabelecendo-se plenamente a confiança e creando-se a prosperidade da nossa lavoura com a solução definitiva do problema cafeeiro, outras medidas complementares hão de ser postas em prática, tendentes à remoção de inconvenientes oriundos do nosso atual sistema de produção, transporte, tributação e crédito, cujas deficiências se procurou remover no passado pelo processo simplista da defesa de preços, de resultados aparentemente satisfatórios, mas que, além de não atender ás causas do mal, trazia em seu bojo o virus da crise que havia de ferir rudemente a nossa exportação.

DIREITOS ADUANEIROS

83. A expansão do consumo do café no mundo vem sendo gradativamente dificultada pela creação e majoração de impostos, taxas e outros onus por parte dos países importadores. 32 países gravam mais ou menos pesadamente a entrada desse produto nos respectivos mercados. Devemos, porém, assinalar, e o fazemos prazeirosamente, que os Estados Unidos da America do Norte, a Holanda, a Irlanda e a Ilha de Malta continuam a manter o regime liberal de entrada franca e livre de cafés em seus portos. Para ajuizarmos, com segurança, dos aumentos verificados, mandamos organizar o seguinte quadro, com a discriminação dos impostos aduaneiros vigentes nos anos de 1914, 1933 e 1939, por saca de café em grão de 60 quilos:

PAISES	1914		1933		1939 (*)	
	Impostos	Números indices	Impostos	Números indices	Impostos	Números indices
Alemanha.......	150$300	100	380$000	253	583$700	388
Argelia.........	62$500	100	135$400	217	87$400	140
Argentina.......	...		20$500	100	25$700	125
Belgo Luxemburgo U. E	—		79$700	100	104$500	131
Canadá.........	71$700	100	54$900	77	78$000	109
Chile..........	76$100	100	18$200	24	86$400	114
China..........	...		46$400	.	35% AD. V.	
Dinamarca......	47$300	100	125$800	266	200$200	423
Egito..........	16$000	100	92$500	578	194$600	1.216
Espanha........	300$600	100	485$000	161	829$100	276
Estados Unidos.	—		—		—	
Finlandia.......	80$200	100	171$800	214	173$700	216
França.........	54$500	100	307$700	565	212$100	389
Grã Bretanha...	13$500	100	64$500	478	65$300	484
Grecia..........	50$100	100	68$900	138	399$600	798
Holanda........	—		—		—	
Hungria........	185$500	100	452$800	244	730$700	394
Irak...........	...		...		190$100	
Iran...........	...		...		235$900	
Irlanda.........	—		70$100		—	
Italia..........	300$600	100	830$300	276	1:275$100	424
Yogoslavia......	...		...		950$400	
Japão	128$200	100	48$700	38	70$300	55
Malta..........	—		—		—	
Noruega........	83$300	100	89$900	108	148$100	178
Palestina.......	...		...		47$500	
Paraguái........	...		89$800	100	183$200	204
Portugal........	200$400	100	147$100	73	89$800	45
Rumania.......	...		149$800	100	593$200	396
Senegal.........	...		...		336$000	
Síria e Líbano..	...		...		111$800	
Suecia.........	33$700	100	75$100	223	311$900	926
Suiça...........	4$000	100	95$600	2.390	133$500	3.338
Transjordania...	...		...		42$700	
Turquia........	...		197$900	100	606$400	306
Uruguái........	74$100	100	51$400	69	44$800	60

(*) Conversão em moeda brasileira ao cambio de 24 de janeiro de 1940.
— Livre de qualquer tributação.
... Faltam elementos.

84. Pelos números índices, tomados à base de 100 para os impostos em vigor no ano de 1914, verifica-se que sómente três países apresentam redução de impostos, pois em 1940 unicamente três números índices são inferiores a 100:

Japão...........	55
Portugal.........	45
Urugai...........	60

85. Os países onde a majoração de impostos foi mais sensivel, são: Suiça, Egito e Suécia, tendo os números índices atingido, respectivamente, a 3.338, 1.216 e 926.

86. Devemos esclarecer que esses números índices representam as variações de impostos relativamente aos cobrados em 1914, de sorte que a sua utilidade é dar-nos uma impressão nítida das oscilações verificadas. Não são, porém, os três países citados os que taxam mais onerosamente o café. Os maiores impostos por saca de café, como se vé claramente do quadro em aprêço, são:

Italia................	1:275$100
Iugoslavia............	950$400
Espanha.............	829$100
Hungria..............	730$700

87. Este Departamento tem procurado evitar, dentro da órbita de sua competência, esses aumentos de impostos por parte dos países importadores. Várias providências temos tomado a respeito do assunto, inclusive a de sugerir aos

orgãos competentes a adoção de medidas que se nos afiguraram capazes de acobertar os nossos interesses.

PROPAGANDA

88. Um dos aspectos mais importantes dos multiplos sectores de atividade deste Departamento é, sem dúvida, o que diz respeito à conquista e ampliação de mercados por meio de uma propaganda racional e intênsiva.

89. O aumento do consumo do café, interna e externamente, constitue hoje uma das nossas maiores preocupações. E os planos de propaganda, organizados com observancia de todos os preceitos da técnica e de acôrdo com os conselhos da experiência, virão permitir, quando em execução integral, que se atinja plenamente o objetivo colimado.

90. Estamos atualmente em contacto diário com os principais mercados consumidores, cientes de todas as suas necessidades por intermédio de informes precisos de nossos escritórios comerciais de Nova York, São Francisco da Califórnia, Paris, Buenos Aires e Milão. Tal circunstancia, e o fato de se manterem esses escritórios em constante entendimento com o comércio importador das respectivas regiões, fornecendo-lhe todos os esclarecimentos de que necessita, tem contribuido para evitar certas desconfianças, originárias muitas vezes de boatos tendenciosos de interessados, e para imprimir novos surtos às transações comerciais, em benefício direto da economia do país.

91. Bastante compensadores são os resultados obtidos com a propaganda que vimos desenvolvendo no exterior, notadamente nos Estados Unidos, Japão, França, Turquia e Oriente Próximo. O novo sistema de propaganda, já em execução em alguns países, e que consiste, principalmente, em implantar o hábito do uso do bom café, isento de impurezas e de mesclas com outros produtos, há de proporcionar compensador incremento ao consumo. Mediante subvenções razoáveis, em espécie, e contratos rígidos com firmas de reconhecida idoneidade comercial, técnica e financeira, são montadas no exterior casas de torrefação e moagem e de degustação, com instalações higiênicas e sóbrias, onde o café, industrializado em maquinárias modernas e preparado à moda brasileira, é fornecido ao público em condições de despertar sua preferência pelo uso do bom café, e a sua aversão pelo consumo de sucedaneos. Contratamos, até agora, a montagem de 57 casas standard de degustação e torrefação, muitas das quais já se acham em pleno funcionamento.

92. Durante o ano de 1939 o Brasil, por intermédio do Departamento Nacional do Café, tomou parte nas Feiras de Bari e Milão, na Exposição Internacional de São Francisco da Califórnia e na XII Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro. Em todos esses certames fez-se interessante e eficiente propaganda do nosso principal produto, com dados estatísticos expressivos, gráficos originais, mostruários completos, folhetos vistosos e demais meios aconselhados pela arte de divulgar, atraír, convencer. E

não será demais notar que a nossa representação em São Francisco assinalou êxito sem precedentes.

93. O Pavilhão do Brasil foi unanimemente elogiado pela imprensa americana, tendo sido classificado, pela "Tribune" de Salt Lake City como "uma das melhores exibições extrangeiras da Exposição". E o recente trabalho do sr. Eugen Neuhans, catedrático de arte da Universidade da Califórnia, intitulado "The Art of Treasure Island" e dedicado ao exame crítico das realizações artísticas da Exposição, apenas focaliza, por meio de comentários e reproduções fotográficas, dois pavilhões extrangeiros dentre os que figuraram naquele certame: o do Brasil e o do Johore; o primeiro pelo realce das suas modernas e elegantes linhas arquitetônicas; o segundo pela sua originalidade oriental.

94. Na Califórnia, entre o público consumidor, provavelvelmente devido à ausência de uma propaganda eficiente, havia certo preconceito contra o café brasileiro, e isso determinou que alguns torradores locais chegassem a anunciar que na composição dos seus **blends** não entrava o nosso produto. Em toda a costa do Pacífico não existia uma só marca de café brasileiro puro. Inaugurada, porém, a Exposição de São Francisco e oferecido ao público, em nosso Pavilhão, café brasileiro de qualidade adequada ao gôsto local, a sua aceitação foi completa e tal o êxito alcançado que várias firmas crearam e passaram a anunciar e vender marcas de café puro brasileiro, com esta significativa ad-

vertência: **"igual ao que se toma no Pavilhão do Brasil"** !

95. E ainda últimamente uma grande empreza, com 115 armazens espalhados pelo Estado da Califórnia, acaba de lançar a nova marca: "Café Puro Brasil".

96. Os efeitos dessa propaganda começam a repercutir no índice da importação de nossos cafés: no terceiro trimestre de 1939 (julho a setembro), em confronto com igual período do ano anterior, a importação de café brasileiro pela costa do Pacífico, consoante cifras da Bolsa de Café de Nova York, aumentou de 95.000 sacas, ou sejam 64%.

97. Da Conferência Pan-Americana de Bogotá, em que tomaram parte os principais países produtores de café, resultou a creação do Bureau Pan-Americano, com séde em Nova York, a cujo cargo está a campanha de propaganda do café nos Estados Unidos, realizada com a cooperação da Associated Coffee Industries of America. Essa campanha é custeada por seis países americanos, na base de 5 centavos por saca e na proporção de suas exportações para a América do Norte, sendo de $500.000.00 o orçamento anual do empreendimento.

98. Note-se que os países produtores de chá dispendem anualmente, em propaganda, naquele país, $1.000.000.00 de dollars. Os trabalhos vêm sendo orientados com grande descortinio e executados com perfeita técnica. E os resultados conseguidos foram apenas estes, em dois anos: dois

consecutivos **records** de todos os tempos na importação do café. E o consumo **per capita** passou de 13 libras-peso em 1937, a 15,20 em 1938 (após o primeiro ano da propaganda) e a 15,37 em 1939. E o Brasil foi quem mais lucrou, pois exportando 6.637.000 sacas em 1937, passou a exportar 9.092.000 em 1938 e 9.322.000 em 1939.

99. Ao mesmo passo não nos temos descurado de todas as questões relativas ao consumo interno do café, não só intensificando a fiscalização das torrefações e moagens, de fórma a assegurar ao público o uso de um produto em estado de conservação e pureza, como tambem organizando um interessante plano de propaganda, já submetido ao exame e aprovação do Govêrno.

100. A versão de que é pequeno, no Brasil, o consumo **per capita** de café, deflue de impressões colhidas apressadamente, em face, tão só, das cifras dos embarques de cabotagem, e das quantidades que resultam da diferença entre as entradas nos portos e os despachos da exportação. Esquequecem-se, porém, esses observadores, de que as estatísticas não podem registrar o consumo dos oito Estados propriamente cafeeiros, que constituem os maiores centros demográficos do país, como tambem a circunstancia de que quasi todos os Estados do Brasil produzem cafés que são absorvidos pelas respectivas populações. Póde-se, pois, afirmar, sem receio de contestação fundada, que o Brasil é um grande consumidor de café, embora reconheçamos que está longe de alcançar a sua capacidade máxima.

MELHORIA DA PRODUÇÃO

101. Este Departamento tem voltado a sua atenção, com especial interesse, para a melhoria da nossa produção cafeeira. Sendo o Brasil o maior produtor do globo, pois por várias vezes as suas safras superaram o consumo total do mundo, era sobremodo extranho que os seus cafés não apresentassem, com o decorrer dos tempos, sensíveis melhoras quanto ao aspecto, selecionamento, preparo, bebida, tipo e qualidade. As nossas lavouras estão disseminadas pelas mais diversas regiões, quer quanto às condições climatéricas, quer quanto aos atributos do sólo. Assim, era injustificavel que permanecessemos emperrados nos primitivos métodos agronômicos, sem ater-nos à racionalização dos processos de cultura, colheita, secagem e industrialização dos nossos cafés. Só à lamentavel incúria poder-se-á atribuir a atitude de um produtor que não se empenha em progredir, em melhorar as qualidades e a apresentação de sua mercadoria. E o certo é que, durante muitos anos, a maior parte de nossa exportação era constituida por cafés de baixa qualidade, pagando-se fretes, taxas e tributos para transportar ao exterior, como um atestado vivo do nosso desleixo, grande quantidade de pedras, paus, cascas e outros detritos.

102. A campanha dos cafés finos, em bôa hora encetada, despertou energias amortecidas e veio ressaltar, mais uma vez, a fibra e a capacidade de trabalho dos lavradores brasileiros.

103. Prevenindo críticas descabidas, esclarecemos que êsse empreendimento jamais pretendeu a melhoria integral das nossas safras. Seria absurdo pensar-se em produzir sómente cafés finos, pois isso revelaria completo desconhecimento de princípios rudimentares sôbre o assunto e importaria na perda dos mercados de cafés baixos. O que se quer, o que se póde pretender, e o que já se está fazendo, é elevar a percentagem dos nossos cafés finos e expurgar a nossa produção de detritos que a deprimiam e enfeiavam. Temos que abastecer os nossos mercados exportadores com cafés de todos os típos e qualidades, capazes de satisfazer as exigências dos mais variados paladares e as preferências de todos os compradores. As medidas adotadas para atingir tal finalidade, inclusive as constantes do Decreto-Lei n.º 51, de 8/12/1937, e a intensiva fiscalização dos cafés no ato de seu embarque para o exterior, já estão surtindo os efeitos desejados.

104. A percentagem dos cafés de bôa qualidade é cada vez mais significativa. Dos cafés entrados nos portos de Santos e Rio de Janeiro, nos anos de 1938 e 1939, 71,07% e 72,23%, respectivamente, são de típo 2 a 4, isto é, produto que se recomenda pelo aspecto e qualidade. E' sobremodo louvavel que num volume de 28.917.326 sacas — total liberado nos referidos portos nos anos de 1938 e 1939 — a parcela de café inferior ao típo 4 corresponda a menos de 29%.

105. Essa auspiciosa ocorrencia resulta, sem dúvida, dos esforços do Departamento em pról da melhoria da produ-

ção, por meios diretos e indiretos, dentre os quais sobreleva notar as facilidades concedidas aos cafés finos, mediante redução de 50% da Quota de Equilíbrio, e permissão de despachos preferenciais com prazo preestabelecido para liberação dos cafés.

APLICAÇÃO INDUSTRIAL DO CAFE'

106. Empenhados como nos achamos em resolver o problema do café dentro de bases racionais, temos voltado com profundo interesse as nossas vistas para o aproveitamento industrial do café, que reputamos, nas condições atuais, um dos principais capítulos do programa em execução.

107. E' assim que temos procurado nos inteirar, por todos os meios ao nosso alcance, sôbre os vários estudos e experiências que, nesse particular, têm sido realizados aqui e no exterior. Examinamos todos os processos sôbre o palpitante assunto, de preferência aquêlles que, pelas suas peculiaridades, apresentavam condições de plena viabilidade comercial e remuneração compensadora da matéria prima utilizada, dispensando os que, destituidos desta condição, praticamente nada mais eram do que méros derivativos dos processos de incineração.

108. O método do sr. Herbert Spencer Polin, conceituado químico americano, consistente, basilarmente, em utilizar o café como matéria prima para o fabrico de plásticos, acaba de patentear a sua eficiência não só nas provas de laboratório efetuadas nesta Capital, em presença de uma comissão

composta de reputados técnicos brasileiros, como tambem nas experiências realizadas posteriormente em Nova York sob as vistas de um dos membros dessa comissão, o eminente cientista dr. Paulo de Berrêdo Carneiro.

109. Foram tão conclusivas as experiências realizadas que, logo a seguir, tomamos as medidas indispensáveis à instalação da primeira fábrica de plástico de café no Brasil, tendo sido imediatamente autorizada a compra da maquinária necessária.

110. Essa fábrica, com a capacidade para transformar anualmente cêrca de 37.000 sacas de café, deverá estar funcionando em setembro próximo futuro, na cidade de São Paulo. A sua principal finalidade será, porém, a de demonstrar-nos, praticamente, o êxito da exploração industrial do produto, para que possamos, sem maiores riscos, montar uma grande aparelhagem capaz de utilizar os excessos das safras brasileiras.

111. Concomitantemente discutimos e, afinal, assentamos com o sr. Herbert Spencer Polin, as bases de um contrato de cessão de direitos sôbre o uso e gozo das patentes de sua invenção e marca de comércio denominada "Cafelite", bases essas que acabam de ser aprovadas.

112. O consumo mundial de material plástico, cuja descoberta data apenas de alguns anos, calculado presentemente em cêrca de 200.000.000 de quilos anuais, está aumentando aceleradamente, sendo dificil limitar as possibilidades futuras do emprêgo desse material. Inicialmente aplicado na

confecção de objetos de pequeno porte, como canetas-tinteiro, lapis, botões, aparelhos elétricos, caixas, pequenas peças, etc., já está sendo utilizado, com grande êxito, na feitura de interiores de carrosserias de automóveis, asas de aeroplano, divisões em residências e escritórios, móveis, pisos e tétos, e com esse material cogita-se, presentemente, de fabricar as próprias carrosserias de automóveis.

113. O produto obtido do café, além de constituir, por si só, matéria plástica excelente, póde servir de base a uma infinidade de outros plásticos, mediante adição de pequenas porções de resinas naturais ou artificiais, de latex, de fibras, etc. Poder-se-á, assim, pela escolha conveniente de aditivos, variar numa larga escala as propriedades da cafelite, adaptando-a aos fins os mais diversos. Longe, pois, de ameaçar, com a sua concorrência, os demais produtos congêneres, fornece-lhes novas aplicações e abre-lhes novos mercados, dilatando, ao mesmo tempo, o campo de sua própria utilização.

114. E' fóra de dúvida que, confirmados na exploração industrial em larga escala, os resultados obtidos nas experiências de laboratório, como tudo faz indicar, teremos dado o passo decisivo para solucionar, racional e definitivamente, o problema do café, através de uma medida inteiramente nova, do maior alcance e da mais extensa repercussão.

115. Consequentemente, os excessos da nossa produção passarão a ser absorvidos, a preços razoáveis, pelos mercados internos, influindo decisivamente na economia cafeeira

com a fatal elevação de preços pelo desaparecimento dos fatores de que é causa a superprodução.

116. À clarividência e ao patriótico interesse demonstrados pelos Excelentíssimos Senhores Presidente Getulio Vargas e seu Ministro da Fazenda, dr. Arthur de Souza Costa, deve a lavoura cafeeira a creação dessa nova indústria, que, por certo, trará ao país incalculáveis benefícios.

ARRANCAMENTO DE CAFEEIROS

117. O arrancamento das arvores envelhecidas, que já encerraram o seu ciclo de vida, constitue, em todas as lavouras do mundo, fato banal e medida de profilaxia agrícola e econômica.

118. A esse fatalismo não poderia, portanto, ficar indêne a rubiácea.

119. Não será, pois, o caso de vaticinar-se, em face da perpetuação de uma lei inexoravel, o desaparecimento de uma lavoura que ano sôbre ano atesta a sua pujança através o enorme volume da sua produção.

120. E' que aos primeiros sintomas da queda de produção dos antigos cafezais, os seus proprietários e outros agricultores experimentaram a atração das zonas novas, onde se alastrou o plantio de cafeeiros. O que houve, em ultima análise, foi uma vantajosa e antecipada substituição de cafezais, pois as novas lavouras, dentro de alguns anos, possuiam um teor de produção quasi cinco vezes superior ao rendimento agrícola dos cafeeiros em declínio.

121. Sem embargo desse fenômeno devemos ter sempre presente o antecedente histórico do roteiro do café, a nos advertir da sua marcha incessante em busca de terras novas e ubérrimas, desempenhando a sua missão providencial de desbravador dos sertões e construtor da civilização brasileira. Do vale do Paraíba, no Estado do Rio, onde iniciou-se a caminhada rumo ao **hinterland**, penetrou a rubiácea a zona norte do Estado de São Paulo, encaminhou-se em seguida para leste, depois para oeste e finalmente enveredou para o sul, invadindo o Estado do Paraná.

122. Não nos impressionemos, pois, com fenômenos curiais da vida biológica, cujo desdobramento constitue méras etapas subordinadas às sábias leis da evolução.

INCINERAÇÃO

123. O total do café incinerado no Brasil, até 31 de dezembro de 1939, elevou-se a 68.252.788 sacas, conforme se verifica do anexo n.º 2.

124. A partir de setembro de 1939 foram consideravelmente reduzidos os serviços de queima, em vista da necessidade de constituir-se um **stock** para ocorrer às indenizações dos seguros de guerra e à perspectiva do aproveitamento industrial do café.

SEGUROS DE GUERRA

125. Pelo Decreto-Lei n.º 1.557, de 1.º de setembro de 1939, foi o Departamento autorizado a efetuar seguros contra

riscos de guerra sôbre transporte de café, mediante indenizações em café, na fórma das instruções baixadas em 2 daquele mês pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda.

126. A originalidade do processo, as taxas módicas estabelecidas e a rapidez com que foi adotada essa medida, apenas poucos dias após a deflagração do conflito europeu, deram motivo a comentários elogiosos no país e no extrangeiro, e denotaram o zêlo e a diligência do Govêrno Federal pelos interesses da coletividade cafeeira. Essa medida evitou, inicialmente, uma situação de panico nos mercados internos, que o onus superveniente da taxa elevada dos seguros contra riscos de guerra fatalmente determinaria, e logo depois o retraimento t mporário dos negócios em prejuizo da exportação.

MOVIMENTO DA SAFRAS 37/38 E 38/39

127. Os anexos ns. 3 e 4 dão conta do registro de conhecimentos das safras 37/38 e 38/39. O primeiro mostra que, até 31 de dezembro de 1939, os cafés recebidos nas quotas de equilíbrio da safra 37/38 montaram a 16.058.776 sacas, das quais 4.086.684, adquiridas na conformidade da Resolução n.º 372, de 30/6/37, tendo se elevado a 27.327.177 sacas o movimento total da safra, inclusive os cafés destinados a mercado. Pelo segundo evidencia-se que, na quota de equilíbrio, foram entregues 5.101.350 sacas, que somadas aos despachos de quotas de mercado, perfazem, para a safra, o volume global de 22.798.348 sacas.

USINAS

128. As usinas deste Departamento durante o ano de 1939 continuaram a prestar às zonas em que se acham instaladas os assinalados serviços já referidos no relatório anterior.

129. Durante esse período foram ativadas as providências para o início do funcionamento das que ainda se encontram em construção e montagem.

DESPESAS

130. As despesas realizadas no ano de 1939 estão detalhadamente especificadas no anexo n.º 5, onde igualmente constam todas as verbas orçadas. O confronto entre elas demonstra que, si houve aumentos inevitáveis em algumas parcelas de despesa, houve tambem apreciavel redução em outras. Tais aumentos, porém, estão devidamente justificados nas anotações exaradas ao pé desse documento, de fórma a transmitir ao Conselho o pleno conhecimento do assunto. O orçamento, dentro dos limites de aproximação, naturais em serviços dessa espécie, satisfez às exigências dos trabalhos, todos eles, aliás, executados com a preocupação constante de restringir gastos, sem prejuizo do cumprimento integral dos encargos atribuidos a êste Departamento.

FUNCIONALISMO

131. E' com prazer que consignamos aqui o nosso apreço e reconhecimento ao funcionalismo da Casa pela dedicação e honestidade com que se tem havido no exercício das suas

atribuições. Do contacto diário com esses dedicados servidores pudemos aquilatar do seu preparo e do seu adiantado gráo de eficiência, constituindo, sem dúvida, o seu todo, um organismo homogêneo e excelente, com o qual o Estado poderá futuramente contar para preencher as necessidades de pessoal em qualquer sector da administração publica.

FUNÇÃO ECONOMICA DO DEPARTAMENTO

132. Tem sido, sem dúvida, das mais eficientes a função econômica do Departamento, orgão **sui-generis,** de concepção puramente nacional, de proporções desconhecidas em qualquer tempo e que honra a inteligência e o espírito improvisador dos brasileiros.

133. Dentre os institutos paraestatais do mundo moderno é o Departamento o de ação mais dilatada, no ambito da economia dirigida, pois a executa nos seus menores detalhes.

134. Exerce o controle total, no país, de uma das maiores indústrias agrícolas do mundo, desde o momento em que o café sáe das fazendas até a sua exportação. Pelos seus numerosos armazens passam anualmente mais de duas dezenas de milhões de sacas, que são furadas e classificadas, parte das quais incinerada e a restante, a maior delas, armazenada e em seguida encaminhada por ordem cronológica aos portos de exportação, onde é entregue aos proprietários. A sua função fiscalizadora ainda se extende aos embarques para o exterior e às entregas ao consumo público.

135. Toda essa formidavel massa de café é registrada e contabilizada, em face dos documentos que a representam, dentro do próprio ciclo da sua evolução.

136. Incluem-se tambem entre as atribuições desse soberbo organismo a de estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo por meio de retiradas dos excessos, a de estimular e incrementar a exportação, removendo os óbices econômicos que proventura contrariem o seu desenvolvimento, mesmo com onus para os seus próprios cofres, e, finalmente, a de promover, por todos os meios ao seu alcance, a propaganda do produto para a ampliação da contribuição brasileira no consumo mundial e a conquista de novos mercados.

137. Delas tem sempre o Departamento se desobrigado por meio de uma série ininterrupta de medidas originais de alcance e repercussão indiscutíveis, todas adotadas e executadas dentro do tempo indispensavel ao seu bom êxito, não obstante a soma incalculavel de trabalho e de energia requerida. Graças a esse esforço silencioso e herculeo, sem precedente na história econômica de qualquer produto, tem sido possivel ao nosso café atravessar a formidavel crise de super-abundancia que ainda o assoberba, sem comprometer o seu potencial de grandeza interna e externa.

138. Sob outros aspectos, não menos importante é ainda a atuação do Departamento, toda ela dominada pelo sentido federal do interesse comum dos Estados Cafeeiros.

139. Assim: congrega num só plano a defesa da economia cafeeira; implanta a unidade de ação onde a dispersão dos

esforços e o antagonismo das correntes particulares estabeleceriam o caos; reparte equanimemente os onus da superprodução e faz distribuir na mesma base os benefícios resultantes das providências eliminadoras dos excessos; impede, finalmente, com a magnitude de suas forças, que grupos individualistas poderosos sobreponham os seus interesses particulares aos interesses legítimos da coletividade.

140. A amplitude e a proximidade da òbra realizada pelo Departamento só permitem uma visão superficial de suas linhas mestras, mas, certamente, a grandiosidade do empreendimento será fixada em suas exatas proporções pela perspectiva do tempo.

CONCLUSÃO

141. Os comentários com que abordamos aspectos gerais do problema cafeeiro, os dados e informações relacionados com o objeto da presente reunião, fixam os pontos que nos pareceram de maior importancia para o conhecimento e exame do Conselho.

142. Prontificando-nos, como habitualmente, a fornecer os esclarecimentos complementares que porventura se tornem necessários aos trabalhos, aproveitamos o ensejo para apresentar aos Senhores Conselheiros as nossas cordiais saudações.

as) JAYME FERNANDES GUEDES
PRESIDENTE